



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS- CCH  
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA**

**PAOLA CORDEIRO DA SILVA**

**ARQUIVO E ESCOLA: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO  
PATRIMONIAL NO CENTRO DE MEMÓRIA DO CAP – UERJ**

Rio de Janeiro

2017

PAOLA CORDEIRO DA SILVA

**ARQUIVO E ESCOLA: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO  
PATRIMONIAL NO CENTRO DE MEMORIA DO CAP - UERJ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Arquivologia como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Bacharel em  
Arquivologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Priscila Gomes

Rio de Janeiro

2017

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

C Cordeiro, Paola  
ARQUIVO E ESCOLA: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA DA  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO DE MEMÓRIA DO CAP -  
UERJ / Paola Cordeiro. -- Rio de Janeiro, 2017.  
41f.

Orientadora: Priscila Gomes.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,  
Graduação em Arquivologia, 2017.

1. ARQUIVO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL : ALGUMAS  
REFLEXÕES. 2. ARQUIVOS ESCOLARES : UMA BREVE  
INTRODUÇÃO. 3. UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O INSTITUTO  
DE APLICAÇÃO FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA ?  
CAP/UERJ E O CENTRO DE MEMÓRIA DO CAP- UERJ. I.  
Gomes, Priscila , orient. II. Título.

PAOLA CORDEIRO DA SILVA

**ARQUIVO E ESCOLA: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO  
PATRIMONIAL NO CENTRO DE MEMORIA DO CAP - UERJ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Arquivologia como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Bacharel em  
Arquivologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Priscila Gomes

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Priscila Gomes - UNIRIO

---

Prof<sup>a</sup>. Ana Cláudia Cruz Córdula – UFPB

---

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscila Gomes por tanta dedicação e carinho.

Dedico este trabalho à minha família por toda confiança e incentivo durante a minha caminhada.

Agradeço a todo corpo docente da UNIRIO por contribuir para a minha formação.

Aos meus queridos colegas que de alguma forma contribuíram para tornar agradável essa experiência.

Agradeço, por fim, a todos que colaboraram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

O presente estudo é fruto de um interesse que surgiu quando ainda era monitora de disciplina, vinculada a um projeto que abordava questões relativas à Arquivologia e à Educação. Buscando dialogar com as duas áreas do saber, a pesquisa teve por objetivo uma reflexão acerca da importância da preservação do patrimônio documental com vistas ao acesso às informações, a partir de estudos desenvolvidos no Centro de Memória do Colégio de Aplicação da UERJ (CAp- UERJ). A opção por investigar o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, mais conhecido como Colégio de Aplicação da UERJ – CAp/UERJ, deu-se, principalmente, por ser uma instituição marcada pela sua atuação na educação básica, servindo de referência às práticas docentes e políticas públicas em todo o estado do Rio de Janeiro. Sabemos que somente a partir de diálogos interdisciplinares com outras áreas, as possibilidades são ampliadas de modo a permitir avançar nos processos de ensino e aprendizagem. A metodologia, aqui, utilizada consistirá numa pesquisa de cunho qualitativo, com pesquisa bibliográfica com o intuito de entender o que se pensa sobre a importância das práticas de educação patrimonial a partir de estudos desenvolvidos com registros e documentos encontrados nos acervos escolares, bem como investigar se o Centro de Memória existente é um espaço disseminador de tais práticas. Por fim, acredita-se que este estudo seja mais uma possibilidade de (re) ver o quanto podemos explorar a potencialidade dos arquivos no que diz respeito à construção do conhecimento e também ao empoderamento dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Arquivo; Educação Patrimonial; Memória; Colégio de Aplicação.

## ABSTRACT

The present study is the result of an interest that arose when it was still discipline monitors, linked to a project that addressed issues relating to Arquivologia and education. Seeking to dialogue with the two areas of Saber, the research aimed at a reflection on the importance of preservation of documentary heritage with views of access to information, from studies developed in the centre of Memory of the College of application of UERJ (CAp-UERJ). The option for investigating the Institute of applying Fernando Rodrigues da Silveira, more commonly known as the College of implementing the Uerj-CAp/Uerj, was mainly due to be an institution marked by its performance in basic education, serving as a reference to teaching practices and Public policies throughout the state of Rio de Janeiro. We know that only from interdisciplinary dialogues with other areas, the possibilities are widened so as to allow progress in the teaching and learning processes. The methodology, here, used will consist of a qualitative research, with bibliographical research in order to understand what is thought of the importance of patrimonial education practices from studies developed with records and documents found in the School collections, as well as investigating whether the existing memory center is a dissemination space of such practices. Finally, it is believed that this study is more of a possibility of (re) see how much we can exploit the potential of the archives as regards the construction of knowledge and also to the empowerment of subjects.

**Keywords:** File; Patrimonial Education; Memory; College of Application.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
<b>3 OBJETIVOS .....</b>	<b>11</b>
3.1 Objetivo Geral .....	11
3.2 Objetivos Específicos .....	11
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>12</b>
<b>5 ARQUIVO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL : ALGUMAS REFLEXÕES.....</b>	<b>13</b>
<b>6 ARQUIVOS ESCOLARES : UMA BREVE INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>7 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O INSTITUTO DE APLICAÇÃO FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA – CAp/UERJ E O CENTRO DE MEMÓRIA DO CAp- UERJ.....</b>	<b>30</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa fomentar a discussão acerca da importância de se pensar a preservação do patrimônio documental nas instituições de ensino, com vistas a possibilitar o acesso ao conhecimento, de modo a enfatizar a relevância das práticas de educação patrimonial nos processos de ensino e aprendizagem, a partir de estudos desenvolvidos com registros e documentos encontrados nos acervos escolares, em especial no Centro de Memória do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, conhecido como Colégio de Aplicação da UERJ (CAp- UERJ).

A pesquisa surgiu da necessidade de compreender se os professores fazem uso da prática de educação patrimonial e se o arquivista contribui para esta aproximação entre o arquivo e a escola, exercendo o papel de mediador inserido em um ambiente onde o conhecimento deve ser privilegiado para a formação do sujeito. Contudo, é preciso entender o grau de seu reconhecimento social em um ambiente diferenciado, o escolar, neste caso, o CAp-UERJ, considerado referência no cenário da educação carioca, mas que pouco estudos sobre o assunto encontramos.

A escolha pela temática se deu também pela aproximação com o projeto de extensão da professora Priscila Gomes, intitulado: Ensinar e aprender nos/ com os arquivos: (Re)viendo as práticas pedagógicas, cadastrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que tem como um dos objetivos investigar as práticas de educação patrimonial existentes ou não em escolas públicas.

Nessa perspectiva, o trabalho buscou refletir sobre as necessidades observadas nas instituições de ensino, acreditando que trabalhos envolvendo memória e a história possam influenciar na formação do cidadão mediante os diálogos entre escola, arquivo e comunidade. Para isso, torna-se necessário entender como funcionam seus processos e qual o grau de participação dos atores sujeitos neste projeto, inclusive de arquivistas.

Sabemos que somente a partir de diálogos interdisciplinares com outras áreas, as possibilidades são ampliadas de modo a permitir avançar em suas práticas sempre discutindo a continuidade de suas ações a fim de oferecer o acesso às informações para posteridade, não sendo diferente com a Arquivologia. Além de assumir a responsabilidade de facilitar, ampliar o acesso e uso da informação, o arquivista deverá também empoderar-se da sua função social. É neste sentido que

cabe enfatizar o papel do arquivista para a construção e manutenção deste lugar da memória enquanto mediador da construção do saber.

Muitos materiais pedagógicos produzidos no decorrer das atividades educacionais não são guardados e disponibilizados, pois foram dispersos ou destruídos.

Neste sentido, pergunta-se: Será que o arquivo do CAp é utilizado como instrumento na construção do conhecimento, fazendo uso da prática da educação patrimonial por meio dos professores? Se existe arquivista envolvido neste processo, como este contribui para esta aproximação entre o arquivo e a escola (CAp)?

A temática aqui tratada pode ser desenvolvida através da interdisciplinaridade tanto com a participação de professores e especialistas que atuam no âmbito patrimonial, histórico-cultural a fim de aumentar a produção de projetos que fazem a relação aos temas educação, arquivos e patrimônio.

Por fim, acredita-se que este estudo seja mais uma possibilidade de (re) ver o quanto podemos explorar a potencialidade dos arquivos no que diz respeito à construção do conhecimento e também ao empoderamento dos sujeitos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste momento, foi necessário um breve estudo sobre arquivo, educação patrimonial e escola baseada nos escritos de Gomes e Monteiro (2016), Fratini (2009), para que pudéssemos desenvolver um contexto histórico para a análise do Projeto Político do CAP - UERJ (2013) e para entendermos a necessidade das práticas da educação patrimonial para o exercício da cidadania. A definição sobre educação patrimonial, aqui, apresentada foi extraída do Guia Básico de Educação Patrimonial proposto por Horta, Grunberg e Monteiro (1999).

Para os estudos sobre arquivos escolares fizemos uso das leituras de Mogarro (2005), Vidal (2005). Em paralelo, Chauí (1992) para discutir sobre os direitos a cidadania cultural.

No que diz respeito à importância das práticas educativas visando à educação para o futuro utilizamos Morin (2000). Ao tratarmos da conscientização do significado de patrimônio com vistas à formação para cidadania e sobre compromisso político-social do educador com a sua prática pedagógica nos baseamos em Freire (1980).

Para discorrer sobre a formação e o empoderamento do sujeito foram utilizados os estudos de Goodson (2011) e Gomes (2013).

No intuito de aprofundar a discussão, foi preciso esclarecer o significado e a importância dos arquivos a partir da definição de Foucault (1966). Em relação ao papel do Arquivo no tocante ao acesso e à difusão, optou-se por Jimerson (2008), Bellotto (2006) e Dodebei (2000).

Para elucidar o conceito de memória, foram utilizados como referências os textos do autor Pierre Nora (1993) e Le Goff (1996), que tratam dos conceitos de memória e documento.

Quanto às questões referentes à implementação do Centro de Memória do CAP foram analisados os estudos de Morais (2012).

Para explicar a trajetória do trabalho, enfatizando a relevância da pesquisa qualitativa para busca da compreensão de fenômenos sociais foi abordada a concepção de Minayo (2008).

Ao tecer considerações sobre os dados analisados durante o percurso desta pesquisa, o paradigma indiciário de Ginzburg (2004) foi utilizado para fundamentar

questões ligadas à escolha da metodologia e as percepções obtidas ao longo da investigação.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Durante a pesquisa buscou-se verificar se o Centro de Memória do CAP-UERJ é utilizado como espaço de práticas de educação patrimonial na construção do conhecimento.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

No decorrer da pesquisa fez se necessário referenciar e estabelecer conexões entre arquivo, escola e educação patrimonial contemplando autores clássicos e contemporâneos das mesmas. Com o objetivo de contextualizar o ambiente de pesquisa foi realizado um estudo sobre a história do CAP-UERJ.

Esta pesquisa contribui para ampliar a compreensão dos profissionais de Arquivologia sobre as fronteiras da área com outras disciplinas pertinentes à educação e memória.

Além disso, este trabalho enfatizou a relevância do desenvolvimento de trabalhos de cunho interdisciplinar, esclarecendo o significado e a importância dos arquivos para o desenvolvimento do indivíduo.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia, aqui, utilizada consistiu numa pesquisa de cunho qualitativo, com pesquisa bibliográfica com o intuito de entender o que se pensa sobre a importância das práticas de educação patrimonial a partir de estudos desenvolvidos com registros e documentos encontrados nos acervos escolares, bem como investigar se o Centro de Memória existente é um espaço disseminador de tais práticas.

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2008, p.22).

Durante a investigação, trabalhei com o paradigma indiciário de Ginzburg para apresentar considerações a partir dos indícios obtidos, no caso, a análise do material bibliográfico de autores que abordam o centro de memória. Nesta perspectiva, o processo se torna construtivo enquanto fruto de investigações e que segundo Ginzburg (2004, p.11) “são frutos do acaso e não da curiosidade deliberada. Surge em algum momento da pesquisa onde a sensação é de ter encontrado pista relevante e ao mesmo tempo a consciência aguda da ignorância sobre o que é ou significa”. Para ele, nenhuma verificação realizada em uma pesquisa pode ser considerada definitiva.

Ainda quanto ao procedimento metodológico aplicado, vale ressaltar que a intenção inicial deste trabalho era a coleta de dados por meio das entrevistas. Mas como o método não é algo fechado e está sempre sujeito a mudanças, optou-se apenas por um estudo bibliográfico, já que um trabalho com entrevistas exigiria a submissão do mesmo por um Comitê de Ética e Pesquisa, algo mais trabalhoso e que demandaria mais tempo. Deste modo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir do levantamento de referências teóricas que visam dialogar com o tema aqui proposto: arquivo, escola e educação patrimonial.

Segundo Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p.32).

Neste sentido, buscando indícios para complementar o desenvolvimento do conteúdo teórico da presente pesquisa também foram realizadas consultas às fontes eletrônicas no intuito de fundamentar um estudo mais aprofundado sobre a relevância do Centro de Memória do CAP- UERJ para os sujeitos do conhecimento que praticam o cotidiano da escola.

## **5 ARQUIVO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL : ALGUMAS REFLEXÕES**

A educação patrimonial tem como papel fundamental estabelecer diálogos sobre a importância da preservação do patrimônio a partir de práticas desenvolvidas nas escolas e em instituições responsáveis pela preservação das memórias, estimulando a relação dos alunos com o passado da instituição quando em contato com os arquivos, contribuindo para a construção de sua identidade individual e coletiva.

A interação do educando com os arquivos o aproxima cada vez mais do passado de forma dinâmica, já que os registros refletem as atividades realizadas dentro de uma determinada instituição, permitindo questionamentos e a descoberta por meio da leitura e interpretação crítica mediada pelo educador. Estes momentos são enriquecedores à medida que este contato com as representações do passado passam a fazer sentido no presente. Fratini (2009, p.6) menciona a importância do

contato com os arquivos para o processo de ensino-aprendizagem, da seguinte maneira:

O fato de o documento de arquivo apresentar essas características - ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos da administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes linguísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, Estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governos e cidadãos (FRATINI, 2009, p.6).

Durante a ação educativa, o educando entrará em contato com fotografias, prédios históricos, praças, documentos, comemorações, rituais, entre outros, ampliando seu conhecimento sobre a produção e o contexto histórico dos arquivos, aprendendo sobre o conceito de patrimônio.

Em seu projeto Ensinar e aprender nos/ com os arquivos: (Re)viendo as práticas pedagógicas, a professora Priscila Gomes (2016) destaca a importância da educação patrimonial e o aprendizado através do contato com os arquivos, enfatizando que as práticas educativas devem propiciar a aprendizagem a partir de estratégias que conduzam o aluno a tornar-se independente e que estimule o conhecimento potencial. Para ela, é a partir deste pensamento que o cidadão se reconhece no processo de construção social.

É neste sentido, que a educação patrimonial visa contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos, proporcionando um aprendizado que permita pensar o contexto, sempre se remetendo ao passado para explicar a realidade. Significa reconhecer seus direitos e deveres sendo capaz de refletir sobre o processo no qual está inserido e qual a sua participação na sociedade.

Neste contexto, torna-se imprescindível pensar o processo de construção social do sujeito a partir da prática da educação patrimonial e o uso dos documentos encontrados em arquivos escolares. Ainda nesta perspectiva, é importante destacar que o arquivista deve contribuir para esta aproximação entre o arquivo e a escola,

exercendo o papel de mediador inserido em um ambiente onde o conhecimento deve ser privilegiado para a formação do sujeito.

Acredita-se na potencialidade que os documentos gerados em uma instituição de ensino possuem na formação da identidade, sendo o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp/UERJ atuante na educação básica, servindo de referência às práticas docentes e políticas públicas em todo o estado do Rio de Janeiro, um ambiente rico que pode vir a responder algumas questões sobre o papel do arquivista como mediador da informação no processo de construção social e sobre a relevância do arquivo, enquanto, patrimônio cultural que serão aqui discutidas.

Entendemos que a educação patrimonial contribui para que o cidadão esteja empoderado e consciente de suas ações na sociedade, mas para que isso se concretize é preciso que a formação seja de qualidade e para todos. De acordo com Fratini (2009, p. 3), temos o seguinte fragmento:

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade – não somente por alguns –, e para a formação de cidadãos capazes de se reconhecerem como parte desse patrimônio histórico-cultural (FRATINI, 2009, p. 3).

No intuito de refletirmos acerca do tema aqui proposto é importante definir o que se entende por educação patrimonial:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p.6).

A prática de educação patrimonial estimula o acesso à cultura e à informação de forma menos desigual, com vistas para o despertar da cidadania ao contribuir para a formação daqueles que serão capazes de se reconhecer como parte deste patrimônio histórico-cultural.

Nesta perspectiva em que a função social é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, é preciso esclarecer o significado e a importância dos arquivos.

Para Foucault (1966, p. 169), arquivo é o sistema que transforma enunciados discursivos em acontecimentos e em coisas. Separa o que merece ser arquivado como história e o que deve ser esquecido. O arquivo regula o que deve ser considerado tradição e o que deve cair no esquecimento. O que deveria ser esquecido, segundo Nora, está associado às memórias marginalizadas, enquanto que as datas celebrativas nos remetem a uma memória dita como oficial.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque essas operações não são naturais. Eis porque a defesa por algumas minorias de uma memória refugiada em certos lares privilegiados e ciumentamente guardados não faz senão levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história rapidamente os varreria (NORA, 1993, p.8).

Quando nos referimos à ideia de construção de memórias individuais e coletivas existe a necessidade de falar de pertencimento, sentimento que o ser humano tem de fazer parte de algo ou estar inserido em um determinado grupo social.

Este contato direto com as fontes permite que ocorra a interiorização de novos significados durante o desenvolvimento das pesquisas, tornando a aprendizagem dinâmica e contextualizada. Então, cabe ao pesquisador interpretar os dados de uma determinada realidade e partilhar não apenas com seus pares, mas democratizar este conhecimento construído a partir de narrativas e trocas de experiência com a comunidade, propiciando ao sujeito um empoderamento ao se sentir parte desta construção social. Na tentativa de conceituar o entendimento sobre empoderamento em sua tese de doutorado, Gomes (2013, p.22) conduz a

discussão sobre esta temática ao descrevê-lo como estado de reflexão que pode provocar no sujeito mudanças significativas, transformando-se em narrativas de empoderamento, mas para isso observa que o mesmo tem um uso polissêmico. Gomes (2013) ainda destaca que se baseando nos estudos de Goodson (2011), o significado de empoderamento está relacionado à capacidade que o processo de ensino-aprendizagem tem de modificar o sujeito e suas ações, saindo do âmbito individual para o coletivo.

Entendemos assim, que ao ser estabelecida a relação arquivo- escola torna - se evidente que a prática realizada nas escolas é incorporada pelo sujeito à medida que passam a fazer sentido dentro de um contexto, muitas vezes refletem as mudanças e como estas são sentidas pelo mesmo.

Percebemos que os diálogos que tratam de arquivo e sociedade deveriam ser mais recorrentes, principalmente, em instituições de ensino, ao considerar a existência de um espaço propício e profícuo a reflexões, e por na maioria das vezes, influenciar os sujeitos desde a base.

O uso da educação patrimonial inserida no campo da Arquivologia nos faz refletir sobre o tratamento que é dado aos arquivos bem como sua relação com os atores que participam do processo, o que, no primeiro caso, muitas vezes se restringe ao caráter técnico. No entanto devemos pensar nos arquivos para além das suas atividades técnicas, vislumbrando possibilidades posteriores, como garantir o direito ao acesso e sua difusão, de modo a contribuir para a formação e possíveis mudanças na sociedade, sendo uma delas a aproximação entre o arquivo e a escola.

Entendendo que o acesso a essas informações é direito de todos e o acesso e sua difusão como papel do arquivo, precisamos ressaltar a valorização do papel do arquivista ao exercer sua função social frente à sociedade pensando na preservação dos arquivos para posteridade, Jimerson (2008, p.38), destaca:

O foco dos arquivistas no lado técnico de seus afazeres, por vezes, obscurece suas responsabilidades sociais e culturais. A ênfase demasiada em sistemas de gestão de documentos, accountability e provas — todas cruciais para arquivos institucionais — poderia levar à negligência e desvalorização do nosso papel de preservar o patrimônio, a cultura e a memória social (JIMERSON, 2008, p. 38).

Contudo, entendemos o arquivo como algo dinâmico, que nos permite interpretar as relações sociais existentes e a necessidade de possibilitar o aprendizado a partir do uso dos documentos, reconhecendo a importância do arquivo para instituição.

Quanto às atividades desenvolvidas nos arquivos, Belloto (2006, p.227) ressalta algumas considerações importantes, referindo-se à difusão cultural e de assistência educativa.

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa (BELLOTTO, 2006, p. 227).

O uso do patrimônio no processo educacional exige mais atenção e preparo por parte dos educadores no que diz respeito ao contato com os arquivos para que sejam criadas condições favoráveis de aprendizagem, pois eles dizem muito mais do que enxergamos à primeira vista. Será preciso utilizar metodologias dentro e fora de sala de aula, até mesmo de forma multidisciplinar com auxílio de um arquivista. Neste processo de pesquisa, tanto o docente quanto discente se deparam com novas possibilidades de ensino e aprendizagem envolvendo diversas temáticas que podem ser abordadas a partir do contato com os arquivos.

Pensando nas práticas educativas desenvolvidas nas escolas torna-se importante dar a devida atenção ao perfil de aluno que se deseja formar. Alguns vestígios de tais práticas podem ser refletidos a partir do contato com registros que em certo momento serviram para efetivar tais ações. De acordo com Morin (2000), a educação para o futuro consiste em articular e organizar os conhecimentos para então reconhecer e conhecer provocando a mudança de pensamento, sendo esta a questão central que deve ser discutida, pois as realidades são apresentadas de formas multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e

planetários e os saberes encontram-se isolados. Entende-se que o conhecimento é algo que deverá ser construído a partir do contexto permitindo a expansão do saber.

O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade. Em consequência, a educação deve promover a “inteligência geral” apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global (MORIN, 2000, p.38).

A partir da relação existente entre arquivo e educação para que ocorra tal compreensão sobre o valor dos arquivos, o educador precisará buscar alternativas lúdicas e metodologias adequadas à realidade, que proporcionem experiências voltadas para a prática patrimonial e o contato com os arquivos apresentando aos educandos os valores do patrimônio. Esta relação é colocada da seguinte forma por Payne (apud Bellotto, 1991, p. 231):

O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; são igualmente importantes: o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas (PAYNE, 1980 apud BELLOTTO, 1991, p.231).

Ao estabelecer conexões entre o arquivo e escola é preciso deixar claro que tais ações trazem em seu bojo uma intenção ou não para que elas de fato sejam efetivadas, não tendo como mencionar a atuação das políticas públicas entre estes espaços, que ainda é muito ínfima.

Nesta perspectiva creio que a efetivação de políticas públicas para o atendimento de medidas que se proponham a pensar em parcerias entre o arquivo e a escola seja essencial para se repensar esta realidade, a fim de discutir práticas educativas alternativas que possam contribuir para o processo de formação do sujeito (GOMES, 2016, p.2).

Sendo assim, torna-se necessário discutir a preservação e o tratamento da informação como forma de gerar conhecimento para a sociedade, no sentido de pensar o presente fazendo ponte com os vestígios do passado.

A busca de sentidos e significados para os registros documentais nos permite pensar na criação de projetos interdisciplinares que baseados em pesquisas optem por um plano que privilegie os processos escolares para que sinapses sejam estabelecidas não apenas de uma só perspectiva, mas dos envolvidos no processo da construção do conhecimento, partindo do pressuposto de que o conhecimento é multifacetado, ampliando a compreensão do que é patrimônio.

## **6 ARQUIVOS ESCOLARES : UMA BREVE INTRODUÇÃO**

Em seus estudos, Mogarro (2005) descreve como são constituídos os arquivos escolares e como as práticas desenvolvidas se refletem nos registros encontrados, sendo fundamental para contextualizar o ambiente escolar. Além disso, ela discorre também sobre o papel fundamental que o arquivo escolar tem para a construção da memória e de sua identidade histórica ao considerar a escola enquanto uma instituição complexa e que ao ser organizada sistematicamente pode ser reveladora, já que esta é produtora de uma cultura própria. Conforme a autora, vemos isto explicitado no seguinte fragmento:

(...) o exercício do arquivo integra-se no processo de conhecimento e compreensão da cultura escolar. Os fundos arquivísticos são constituídos por documentos específicos, produzidos quotidianamente no contexto das práticas administrativas e pedagógicas; são produtos da sistemática "escrituração" da escola e revelam as relações sociais que, no seu interior, foram sendo desenvolvidas pelos actores educativos (MOGARRO, 2005, p.105).

Sendo assim, a utilização do Projeto político pedagógico do CAp- UERJ enquanto fonte se apresenta como um registro rico que descreve as práticas e a diversidade encontrada no CAp, sendo fundamental para a compreensão do

contexto político-social vivenciado pelos atores sociais nesta relação escola-comunidade ao longo do tempo.

A instituição educacional tem como objetivo promover o conhecimento, porém por muitas vezes determinadas práticas tradicionais são perpetuadas por anos. O acesso a estas fontes de informação permite entender como foram feitas as escolhas político- pedagógicas, suas normativas, evidenciando por meio do currículo escolar como se dá este conhecimento, quais os discursos reproduzidos, o que se pode ou não ensinar e o que foi modificado ao longo do tempo.

Para Foucault (2004, p.133) as práticas discursivas são definidas da seguinte forma:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, em uma época dada e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística dada as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2004, p.133).

Para a composição dos arquivos escolares, devemos considerar os documentos produzidos ou recebidos por esta instituição que informam sobre o contexto de ensino. As escolas precisam dar significado ao que foi produzido ao longo do tempo pela instituição constituindo um lugar de memória que assuma sentido material, funcional e simbólico. Quando isto acontece estamos nos aproximando das práticas arquivísticas, já que todo este processo pode ser compreendido dando sentido ao lugar do arquivo na escola. Nora (1993, p. 21) afirma que:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente, em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (NORA, 1993, p. 21).

No artigo *Arquivo e Escola: Buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação*, Gomes e Monteiro (2016) destacam a relevância dos arquivos escolares ao dizer que:

Os arquivos escolares fazem parte do patrimônio cultural; neles ficam os registros do cotidiano burocrático das escolas, conforme a produção documental estabelecida pela legislação, mas não somente esses registros podem ser encontrados; também outros tipos de documentos, como fotos, periódicos escolares, notícias sobre a instituição. Esses documentos são únicos dentro de cada instituição e refletem a produção do material cultural escolar, e podem, inclusive, ajudar a explicar a existência histórica da instituição, as relações entre as pessoas que a frequentaram, e dela própria com sua região (GOMES; MONTEIRO, 2016, p.68).

Ainda assim, reiteram que os arquivos propiciam a reflexão sobre o cotidiano escolar e a memória da instituição com base em Vidal (2005, p.24):

[...] integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno.

A importância da prática da educação patrimonial se revela durante o uso dos documentos encontrados em arquivos escolares pensando no que se deseja ensinar e como se constrói este conhecimento.

Ainda assim, cabe discutir a necessidade e adaptação das instituições de ensino frente à complexidade dos processos de organização e a importância da preservação do patrimônio documental para promover o conhecimento assim como entender o processo de construção social do sujeito aliadas às práticas de gestão e sua implementação, a fim de gerar conhecimento.

A gestão documental sendo contemplada em instituições educativas a partir de um planejamento permite uma racionalização do excesso de acúmulo de produção documental, assim como o acesso à informação por meio de avaliação, organização e controle. É preciso que as escolas se preocupem com a aplicação de políticas de gestão de documentos para que o acesso aos documentos de fato aconteça.

Ao reconhecer a importância do arquivo escolar desenvolvendo ações educativas com o uso destes documentos, o educador traz à tona novas possibilidades de aprendizado ao pensar nas potencialidades para a investigação em educação, pois é ele quem irá conduzir este processo de descoberta a partir do acesso à história da instituição, utilizando este espaço como ferramenta para a reflexão de sua práxis pedagógica e do perfil de discente que se deseja formar despertando o interesse deste para a pesquisa.

Ao tratarmos da conscientização do significado de patrimônio com vistas à formação para cidadania, cabe mencionar Freire (1980) para explicar a relação que o indivíduo tem com o mundo de como ele se vê enquanto sujeito deste processo histórico exercendo de forma crítica a sua cidadania e construindo o próprio conhecimento. Além disso, ele destaca o compromisso político–social do educador com a sua prática pedagógica.

Esta tomada de consciência não é ainda conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se des-vela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1980, p. 26 e 27).

Por muitas vezes, as práticas realizadas em sala de aula não são desenvolvidas em consonância com os objetivos da escola, nem sempre buscam articular o ensino e a pesquisa, o que acaba por deixar o conteúdo descontextualizado, então, o uso de fontes documentais além de provocar a curiosidade, afasta o aluno da ideologia dos livros didáticos, pois permite ampliar a percepção de que a cultura é de todos e para todos.

A análise dos registros documentais encontrados nos arquivos escolares auxilia no entendimento do passado histórico do país, da cultura escolar, entre outros, porém, ainda são pouco consultadas por alunos e professores. Em algumas

escolas, o descarte e o acúmulo da documentação acontece de forma desordenada gerando o chamado arquivo morto.

No que se refere ao interesse por preservação e condições de acesso aos arquivos escolares, precisamos saber que:

Em geral, as escolas não mantêm registro de suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos. Quando existe algum material escrito, ele é esparso e conseqüentemente pouco representativo do que se passa no seu cotidiano. É evidente que esse fato também é um dado do contexto escolar e deve ser levado em conta quando se procura estudá-lo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.40).

As informações encontradas nos documentos administrativos e pedagógicos, que constituem o acervo das instituições educativas revelam a riqueza dos documentos de arquivo possibilitando estudos interdisciplinares com diversas abordagens desde trabalhos escolares de alunos que já estudaram na instituição, a cultura escolar, o currículo e suas reformulações inseridas em cada contexto.

Os conceitos abordados durante a prática podem servir para o questionamento de normas, aparelho ideológico e burocrático assim como destacar direitos e deveres como base para cidadania. A partir de discussões sobre a importância da preservação do patrimônio, cultura, o direito ao acesso a informação e à cidadania para a formação dos sujeitos, Chauí (1992) define:

Ao definirmos a política cultural como Cidadania Cultural e a cultura como direito, estamos operando com os dois sentidos da cultura: como um fato ao qual temos direito como agentes ou sujeitos históricos; como um valor ao qual todos têm direito numa sociedade de classes que exclui uma parte de seus cidadãos do direito à criação e à fruição das obras de pensamento e das obras de arte (CHAUÍ, 1992, p. 39).

A educação patrimonial pode ser um recurso eficaz para a efetivação de mudanças nos processos educativos, já que traz o conceito de patrimônio para os ambientes de aprendizagem e convida o público escolar a participar de atividades em arquivos, museus, bibliotecas, dentre outros espaços que se dedicam a discutir a importância da preservação do patrimônio. As atividades realizadas provocariam a

turma e o educador no sentido de repensar sobre as condições desses acervos nas escolas e o porquê do seu uso. Então, temos:

Entre tantas atividades de cunho cultural, os arquivos históricos podem oferecer à população: publicações, tanto de livros como de revistas e boletins, relativas à história regional, organização de eventos comemorativos, programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes, aprimoramentos de circuitos turísticos nos sítios históricos, espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos em efemérides ou comemorações (BELLOTTO, 2002, p. 17).

Esta vivência pode ser considerada como um exemplo dos benefícios proporcionados pela prática da educação patrimonial a fim de modificar o discurso teórico-metodológico adotado pelas escolas ao propiciar a interação dos educandos a partir desta abordagem.

Este conjunto de informações revelam as relações sociais que foram se formando entre os atores envolvidos neste processo, já que o arquivo escolar reflete as atividades executadas pela administração da escola para a qual ele foi criado.

Estes registros também podem ser utilizados de forma estratégica para a reformulação ou implementação de novas práticas educativas, pois auxiliam na tomada de decisão. No que se refere aos arquivos escolares e a sua contribuição para a história da educação enquanto fonte para pesquisa, Vidal (2005, p. 71) expõe da seguinte maneira:

Os arquivos escolares têm emergido nos últimos dez anos como temática recorrente no campo da história da educação. Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico.

A partir disso, podemos perceber que essas fontes de informação carregam consigo muito mais do que possamos imaginar, já que foram submetidas a critérios de avaliação do que seria mantido ou descartado. A utilização desses documentos

implica na percepção de diferentes contextos refletindo as marcas de gerações e daqueles que participaram da sua produção e preservação. Por isso, o documento não pode ser visto como uma verdade acabada em si, visto que permite coletar dados, comparar, interpretar e questionamentos sob diferentes pontos de vista.

De acordo com a perspectiva da arquivologia, ao considerarmos os documentos e o seu potencial enquanto fonte para o estudo e pesquisa, conforme Dodebei (2000, p. 62), apresentamos a seguinte afirmativa:

(...) os documentos são de valor primário quando representam uma ação ainda em curso, o que os coloca na esfera dos arquivos correntes (...). Após essa etapa, caso tenham sido avaliados como importantes para o estudo e pesquisa, aí sim se transformam em fontes permanentes, incorporando um valor secundário à ação corrente, passando a constituir as fontes de prova documental.

Os arquivos escolares possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, metodologias e a criação de instrumentos de pesquisa tendo como objetivo gerar conhecimento e contribuir para melhorias na qualidade de ensino. Neles são encontrados registros em diferentes suportes como: Dossiês de alunos, atas, atestados de frequência de professores, listas de presença, declarações, livros, trabalhos de alunos, ficha de matrícula, provas, cadernos, programas, currículo escolar, fotografias, murais, fitas, ofícios, cartas recebidas ou enviadas, memorandos, entre outros, que nem sempre são de conhecimento de todos que fazem parte da instituição. Contudo, a falta de preocupação com a preservação e conservação deste material significa pôr em risco a própria história.

Para entendermos melhor como se estabelecem estas relações, perceptíveis durante a análise da documentação e na recuperação da informação nos baseamos em Le Goff (1996):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo, e ao historiador, usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

A consulta a estes arquivos permite o acesso a diversos registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico que contam a história de uma instituição e do seu desenvolvimento ao longo do tempo, mas para que isso aconteça é preciso que as escolas ofereçam as condições necessárias de acesso ao acervo.

O arquivo escolar também tem como papel fundamental servir à administração da escola para a qual ele foi criado. Com base em Bonato (2000), temos a seguinte afirmativa:

O arquivo de uma escola tem por finalidade armazenar a documentação de interesse da escola que venha auxiliar a administração e o ensino, assim como permitir o levantamento de dados para pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade na qual ela está inserida. [...]. Esse tipo de acervo arquivístico representa um patrimônio documental, que integra a memória da instituição escolar que o gera e é parte da memória educacional brasileira (BONATO, 2000, p.45).

Cabe pontuar a questão da responsabilidade que se deve ter frente aos arquivos escolares e seus reflexos para a construção da identidade. Pensando também na preservação e recuperação desta informação tornando imprescindível o cumprimento da legislação, Gomes e Monteiro (2016) explicam que ao negligenciarem a responsabilidade pela guarda dos registros de suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos, as administrações escolares podem causar uma grande lacuna na história da educação do país, cenário no qual se encontra inserido o cidadão comum. Para eles, esta busca pela própria sua identidade como parte dessa sociedade acaba sendo impossibilitada devido à falta do cumprimento da legislação.

A falta de comprometimento com o cumprimento da legislação ocasiona a perda de parte do patrimônio, sendo este fundamental para o desenvolvimento do saber e da emancipação do sujeito. Sobre essa relação existente entre os arquivos e a escola como fonte para o saber, podemos destacar:

Sendo os arquivos fontes privilegiadas de saber, podem, por suas características, contribuir muito para o desenvolvimento da educação, que é um dos pilares para o desenvolvimento de um país e para a democratização da cultura, pois serão fontes de pesquisa no futuro, já que suas informações

auxiliarão no entendimento sobre a memória da sociedade em um determinado período (GOMES; MONTEIRO, 2016, p.66).

O contato direto com este patrimônio a partir de práticas que envolvam a educação patrimonial poderá ajudar a mostrar a relevância da preservação do patrimônio, despertando para a importância do seu uso e o interesse por sua preservação tanto por parte dos professores quanto dos alunos através de novas experiências que poderão ser vivenciadas individualmente ou em grupo.

Muitas vezes, as instituições educativas não priorizam estes documentos como fonte informação e geram acúmulos em diferentes locais insalubres, comprometendo a organicidade e a conservação dos mesmos. A busca pelo documento costuma ser feita diretamente nos arquivos, nas caixas ou em depósitos.

Vidal (2000, p.39) nos chama a atenção para a importância do diálogo em torno da preservação dos arquivos ao criar condições para o acesso, o mesmo deverá acontecer nos arquivos escolares. Para isso, ela discorre sobre o significado de preservar e avaliar para possibilitando a recuperação da informação. Podemos observar esta questão, conforme o seguinte fragmento:

Preservar não significa guardar tudo, mas “avaliar” a documentação, descartando o desnecessário e criando condições mínimas de sobrevivência do suporte físico (materialidade) e da informação do documento. (...) A polêmica me parece maior em torno dos princípios da conservação e do descarte e é nesse sentido que o diálogo deve ser estabelecido prioritariamente (VIDAL, 2000, p.39).

Podemos destacar também como a falta de recursos e de uma equipe com mão de obra especializada trabalhando junto de forma interdisciplinar influencia neste processo de preservação e conservação da documentação nas escolas, impedindo que os arquivos sejam mantidos para a posteridade. A respeito desta preocupação com o tratamento dado aos arquivos, Bonato (2005, p.210), afirma:

A falta de recursos financeiros e materiais, e de mão de obra especializada para o trato da documentação, provocando o manuseio inadequado, vem aliar-se aos fatores relacionados. Fica evidente que a forma de preservação e conservação da documentação por parte das escolas pode constituir-se

uma barreira no processo de pesquisar em seus arquivos (BONATO, 2005, p.210).

O desenvolvimento de pesquisas de cunho interdisciplinar são significativos à medida que buscam encontrar meios para implementar soluções que possam retardar a deterioração aumentando as chances de acesso e difusão dos acervos. Além disso, permite o diagnóstico do acervo e a criação de instrumentos de pesquisa para a recuperação e difusão da informação de forma a atender às necessidades da instituição educativa. São instrumentos de pesquisa: guias, catálogos, índices, inventários.

Estes trabalhos são importantes para esclarecer temáticas que tratem de preservação da memória e do patrimônio escolar valorizando o desenvolvimento de práticas de educação patrimonial para o processo de ensino – aprendizagem.

Sobre os trabalhos de cunho interdisciplinar e a preservação dos arquivos escolares, Gomes e Monteiro (2016) enfatizam que:

Nesse processo, profissionais da educação, de documentação e historiadores deverão trabalhar em conjunto. Os arquivos escolares são formados por um acervo rico, diverso e complexo; o patrimônio escolar faz parte da história das comunidades onde se situam as instituições. A preservação da memória da sociedade passa necessariamente pela preservação do patrimônio escolar, inserindo, conforme visto anteriormente, os arquivos escolares como parte desse patrimônio (GOMES; MONTEIRO, 2016, p.71).

Com base nessas noções, é importante salientar que os arquivos escolares apresentam-se como um manancial riquíssimo de informações, que contribuem não só para a historiografia escolar, para a percepção de uma cultura escolar de acordo com os tempos e espaços estudados, mas também como fonte de estudos para a prática da própria educação patrimonial.

Neste sentido, os arquivos escolares são substratos importantes para os processos de ensino e aprendizagem que trazem em seu bojo a busca por uma “metodologia” mais dinâmica, atraente, capaz de conduzir os sujeitos a um espírito crítico e reflexivo.

## **7 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O INSTITUTO DE APLICAÇÃO FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA – CAp/UERJ E O CENTRO DE MEMÓRIA DO CAp-UERJ**

As informações mencionadas foram extraídas após uma análise sucinta do Projeto Político Pedagógico, datado de 2013. Neste documento foi possível encontrar informações que nos permitem compreender um pouco melhor a história da instituição e sua trajetória.

O Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp/UERJ foi criado para ser campo de estágio das licenciaturas e de experimentação de novos e diferentes recursos em educação, possui origens no antigo Colégio de Aplicação. Encontra-se localizado no bairro do Rio Comprido, na área periférica ao centro metropolitano da cidade Rio de Janeiro. O prédio é composto de dois blocos e tem como esfera administrativa proprietária a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Devido à sua natureza e origem histórica, encontra-se inserido na estrutura organizacional como Unidade Acadêmica da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) representando mais uma alternativa de qualidade de ensino, pesquisa, extensão e cultura para o Estado. Tem como diferencial poder cursar desde o ensino fundamental, médio e, posteriormente, o superior e até mesmo pós-graduação.

Encontramos algumas informações relevantes para este trabalho nos estudos realizados pela professora Jaqueline Morais (2010), relatando como foi a sua experiência no projeto de extensão Centro de Memória do CAp-UERJ. No artigo “Organizando o acervo do Centro de Memória do CAp-UERJ (2010)”, ela descreve como se deu a idealização do espaço de memória e sua organização, que desde 2007, buscou-se constituir um espaço de preservação e disponibilização dos registros encontrados que contam a história do CAp-UERJ.

Após as negociações feitas com a direção da escola, uma sala foi cedida para a guarda destes registros visando à criação de um centro de memória com o objetivo de disponibilizar o acervo por meio de digitalização e acesso pessoal. Considerou-se também dar suporte às atividades realizadas pelos professores no CAp-UERJ, oferecendo a possibilidade de utilização do acervo no apoio didático; no oferecimento de oficinas e cursos de extensão específicos da área de documentação, arquivologia, memória e história escolar.

No intuito de dar sentido ao desenvolvimento do centro de memória, iniciou-se o processo de recebimento, triagem, catalogação e organização a fim de manter a organicidade do material encontrado sempre refletindo sobre o acesso de outros sujeitos à história do CAP-UERJ, dentre os quais: pesquisadores, professores, alunos, familiares, o que vem a representar um avanço na construção e socialização de um material que não tem um fim em si mesmo, mas que assume seu caráter secundário, ampliando seus usos e funções para outros sujeitos.

Inicialmente, o acervo foi coletado e identificado. Ele é composto por documentação sonora, arquivos e coleções, visual e iconográfica, provenientes da própria instituição, de doações de docentes e ex-docentes da escola, entrevistas gravadas em áudio e vídeo e o que foi produzido pela própria instituição desde 2007.

Os documentos que tratam da memória escolar são ricas fontes de informação por possuir um valor histórico ou documental. Os arquivos do Centro de Memória do CAP-UERJ possibilitam a compreensão do contexto através do contato com as informações sobre a didática aplicada em um dado período da história do instituto ou até mesmo entender a instituição como um todo.

Neste caso, o acervo do CAP-UERJ é composto documentos como atas de reuniões de departamentos, uniformes antigos, cadernos de alunos, jornais, entre outros.

Além dos documentos oficiais dotados de informações relativas à instituição, também podem ser encontrados no acervo os que foram originados nas atividades realizadas pela comunidade escolar.

No CAP-UERJ existem alguns departamentos, cada um produzindo documentos em decorrência das suas atividades. Para implementar a organização do acervo do Centro de Memória do CAP-UERJ, percebemos que foram utilizados alguns princípios da literatura arquivística como: a de respeito aos fundos e a ordem original ao buscar motivos pelos quais a documentação foi produzida e também as causas para quais os documentos foram acumulados e/ou guardados.

A organização do acervo foi feita com base no organograma da instituição, a fim de respeitar a proveniência dos documentos encontrados, mas nem todos os produtores de documentos são encontrados no mesmo. A diversidade dos documentos também foi considerada durante o levantamento. Cada departamento do CAP-UERJ é entendido como um fundo.

A disposição do acervo no Centro de Memória é o arranjo estrutural seguido de um enfoque cronológico, separando por década, ano e mês de produção do documento visando à organização do arquivo histórico escolar.

Para o banco de dados desse acervo foram elaboradas fichas de catalogação, com o intuito de redigir as informações dos documentos. Elementos como data, título, quantidade de páginas, conteúdo, tipos de suporte, além da procedência, são localizadas nesse banco de dados. Tal forma de organização temática teve resultado satisfatório para o acervo fotográfico do CAp-UERJ.

No artigo “Memória e História da Alfabetização no CAp-UERJ”, Morais (2012) propõe como base de investigação o resgate da memória da história da instituição, o Instituto de Aplicação da UERJ, a partir do resgate de uma parte de sua história: a das práticas alfabetizadoras, que se deu por meio da recuperação de dados documentais e orais. Além disso, Morais (2012) menciona que foi durante a consulta dos documentos sobre o histórico do CAp-UERJ, que foi possível descobrir informações que ajudaram a compreender as origens tanto da instituição quanto do trabalho alfabetizador.

É interessante pontuar o quanto o trabalho com memórias de práticas escolares nos conduz a uma percepção de cultura, já que o tempo e o espaço são características marcantes da constituição cultural, tornando-se práticas potenciais de conhecimento. Segundo Morais (2012, p.7) “ressignificando o espaço-tempo das práticas alfabetizadoras no CAp poderemos compreendê-las não apenas como lugar de conhecimento mas como um lócus de auto-conhecimento”. Este fragmento nos leva a pensar no conceito de identidade do indivíduo como fruto das experiências vividas e de suas heranças culturais, que alimentam a necessidade de se redescobrir ao longo de sua trajetória.

Mogarro (2005) ao explicar a importância do lugar do arquivo na escola, nos apresenta o papel que o arquivo tem na construção da memória escolar e da identidade histórica da instituição. Isto pode ser observado ao longo desta pesquisa durante o resgate feito da história do CAp e a iniciativa de implementar um centro de memória dentro da instituição visando compreender suas origens neste processo de redescobrimto pensando também no acesso do material encontrado durante sua organização.

A importância do lugar do arquivo na instituição escolar tem acompanhado a afirmação desta instituição como um microcosmos com formas e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (MOGARRO, 2005, p.79).

A diversidade deste acervo demonstra sua importância para a história da educação. Os eventos que marcam desde o período do surgimento da instituição até sua transferência para sua atual localização possibilitam a elaboração de biografias escolares, periódicos, cartilhas, projetos com a comunidade, dentre outros, que poderão se tornar conhecidos com a prática da educação patrimonial.

Dentre as dificuldades encontradas no projeto de organização do acervo apontamos a falta de recursos materiais adequados tais como: computadores, armários, luvas, máscaras, dentre outros.

Podemos observar que a ideia de implementação de um centro de memória no CAP- UERJ possibilitou o conhecimento de novas narrativas, logo, de diferentes formas de compreender o passado que foram sendo evidenciadas a partir do contato com diversos materiais que vão desde aqueles encontrados na escola, documentos administrativos e legais até os que foram recolhidos através de doação. Estas narrativas fazem parte de alguns artigos que podem ser encontrados no site do CAP – UERJ pensando no acesso dessa informação.

É interessante pensar que durante o diagnóstico realizado dentro da escola, conforme descrito por Moraes (2010), foram identificados diversos tipos de materiais que pudessem servir para as investigações, pesquisas, assim como o desenvolvimento de atividades pedagógicas pelo corpo docente.

Na busca por mais indícios de informações que pudessem vir a tratar de assuntos relativos ao arquivo, educação patrimonial e escola privilegiando o tema da pesquisa foi encontrado um livreto tido com guia para alunos que estão ingressando na educação básica do CAP-UERJ, mas o que nos chamou a atenção foi o destaque dado a uma observação que dizia: “É um guia permanente que acompanhará a vida do estudante”. De acordo com Pierre Nora (1993) “o ato de lembrar é muito pessoal e quando o indivíduo reaviva suas memórias, esta é carregada pelo muito particular

das suas impressões”. Além disso, dentre as informações podemos extrair a preocupação em estabelecer diálogos com os responsáveis e os estudantes, informando sobre a estrutura da instituição, departamento, eventos institucionais, iniciação científica Júnior – ICJr, orientações administrativas e pedagógicas, uniforme escolar, sobre as matérias que serão cursadas e dentre outras responsabilidades que devem cumprir ao longo da permanência na mesma. Ou seja, por meio deste livreto podemos entender um pouco mais da cultura material escolar.

Nesta perspectiva, os indícios encontrados vão nos indicando os caminhos e gerando inquietações sobre o que é tido como verdade, permitindo interpretações sobre o contexto. Trabalhar com indícios nos faz pensar que a investigação feita não deve aceitar sem questionamento o que nos foi apresentado como realidade, mas deve ser passível de reflexão sobre a naturalidade que a cerca. Por não ser um método fechado pode-se chegar ao conhecimento através do contato emocional do observador com o seu objeto.

Segundo Ginzburg (1989, p.151):

[...] esses dados são sempre dispostos pelo observador [caçador], de modo tal que possa se traduzir numa sequência narrativa, [...] tendo sido ele [caçador], geralmente, o primeiro a “narrar uma história”, porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos (GINZBURG, 1989, p. 151).

Durante a investigação sobre a organização do Centro de Memória do CAP-UERJ, nos deparamos com algumas dificuldades ligadas a coleta de informações. No entanto, ao realizar a pesquisa sobre a história da instituição, percebemos que outras informações poderiam ser extraídas de documentos, que não necessariamente se encontravam no espaço de memória da instituição, mas que ao cruzarmos a informações nos permitiu interpretações em um contexto ainda mais amplo. Podemos entender melhor esta ideia ao refletirmos sobre a metáfora utilizada por Ginzburg para estabelecer comparação a respeito da pesquisa desenvolvida sob o paradigma indiciário.

Trata-se, como é claro, de adjetivos não -sinônimos, que, no entanto remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de métodos ou termos-chave. Essa ideia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos,

modelando profundamente as ciências humanas. Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais (GINZBURG, 1989, p.170 e 178).

Contudo, realizar uma análise tendo como ponto de partida os indícios, as pistas deixadas para estudo, num primeiro momento, nos parecem desafiador e quase inatingível, mas à medida que vamos interpretando e analisando, os fios vão sendo tecidos, nos propiciando um olhar mais consolidado sobre o objeto investigado.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho traz contribuições no sentido de servir como referência para o desenvolvimento de pesquisas de cunho interdisciplinar atentando para o arquivo como instrumento na construção do conhecimento, fazendo uso da prática da educação patrimonial, assim como oferecer melhores possibilidades de práticas de ensino e aprendizagem voltadas para a compreensão da memória social.

O caminho percorrido para construção da análise buscou refletir sobre a educação patrimonial, para tanto, se utilizou de revisão de literatura para explicar a importância de seu uso e o impacto de trabalhos interdisciplinares como meio de estimular o conhecimento. Foram usados como base para pesquisa a página institucional, revistas eletrônicas produzidas pela própria instituição, oficinas, Projeto Político Pedagógico do CAp - UERJ (2013), artigos produzidos por professores da mesma, cujo tema estivesse relacionado à memória, educação patrimonial, práticas educativas e o centro de memória do CAp.

O estudo baseado em dados bibliográficos nos permite apontar que existe uma preocupação em contribuir com a história da instituição e de preservação do material pedagógico considerado patrimônio.

Conforme descrito por Moraes (2012), verificamos que não existem parcerias com profissionais da informação, como arquivistas. Cabendo a reflexão de que professores e arquivistas precisam reconhecer de fato o potencial educacional dos arquivos.

Apesar disso, é interessante destacar a contribuição do projeto de extensão de Moraes (2012) no sentido de tentar criar uma conscientização sobre a relevância do Centro de Memória enquanto espaço de produção de conhecimento. Segundo a autora (2012, p.13):

A formação do Centro de Memória no CAp-UERJ vem a ser não só um espaço com reminiscências próprias e de fundamental importância para o implante da semente da reflexão educacional, como também um convite a todos que desejam instigar a criticidade de suas lembranças pessoais.

Os resultados obtidos na pesquisa não trouxeram propriamente conclusões no que se refere ao uso da educação patrimonial no Centro de Memória do CAP – UERJ, até porque nunca concluímos nada, e sim tecemos considerações. Percebemos que o Centro de Memória ainda é pouco divulgado e que as ações educativas de cunho patrimonial com uso do acervo ainda não são tão expressivas neste espaço, pois não encontramos materiais consistentes que nos remetessem a orientações sobre educação patrimonial e arquivos.

Na busca por maiores informações, encontramos no PPP- Projeto Político Pedagógico (2013), no item que trata de currículos escolares desenvolvidos para o curso de graduação em Pedagogia, verificamos a existência de uma disciplina cujo nome é: Educação Patrimonial: Os Múltiplos Olhares sobre Cultura e História – DEF, Pedagogia Disciplinas Eletivas Restritas, o que parece ser algo significativo, mas não conseguimos identificar os conteúdos ministrados na prática.

Vale destacar que após aprovação pelo Colegiado da instituição para início da pesquisa, fomos informadas de que o Centro de Memória, embora exista, ainda encontra-se em construção e que seus arquivos não se encontram concentrados em um mesmo espaço físico.

No que se refere à existência de trabalhos específicos que envolvem o uso da educação patrimonial no espaço do Centro de Memória do CAP- UERJ não foi localizada nenhuma informação, apesar de existir a iniciativa de problematizar a história reavivando a memória da instituição.

Não poderíamos deixar de mencionar a importância de Ginzburg (1989) no tocante à realização desta pesquisa, pois, se num primeiro momento fomos impossibilitadas de coletar dados por meios das entrevistas, num segundo momento, a coleta de informações por meio de material bibliográfico nos fez despertar e amadurecer para os sinais que passaram a se revelar como indícios na nossa caminhada pela busca de informações.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. “**Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais**”. In: Registro, Indaiatuba (SP), nº 1, jul. 2002. P. 14-27.

BONATO, N. M. C. **Memória da educação: preservação de arquivos escolares**.

BONATO, N. M. C. **Os arquivos escolares como fonte para a história da educação**. Revista brasileira de história da educação nº 10 jul./dez. 2005.

**CAP- UERJ- informativo para os alunos que estão ingressando na educação Básica**. Disponível em: <<http://www.cap.uerj.br>>. Acessado em: 27/4/2017.

CHAUÍ, Marilena. **Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico**. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania. São Paulo: DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle. **Construindo o conceito de documento**. In: LEMOS. Maria Tereza Toríbio Brittes e MORAES, Nilson Alves de (organizadores). Memória, Identidade e Representação, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. P. 59 -66.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, M. 1966. **Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines**. Paris: Gallimard.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRATINI, Renata. **Educação patrimonial em arquivos**. In: Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do estado de São Paulo, n.34, ano 2009. Disponível em:<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/texto05.pdf>>. Acessado em: 30 out. 2017.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 1980.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Cia. das letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GOMES, Priscila; MONTEIRO, Magno Vinicius. Arquivo e Escola: Buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.10, p.61-80, 2016.

Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/arquivo-e-escola-buscando-acoes-extensionistas-como-possibilidade-de-aproximacao/>>. Acessado em: 30 out. 2017.

GOMES, Priscila. **Ensinar e aprender nos/ com os arquivos: (Re)viendo as práticas pedagógicas**. Projeto de extensão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

GOMES, Priscila. **Tecendo fios nos espaços e tempos da escola na prisão**. Tese. Unicamp. Campinas. 2013.

GOODSON, Ivor; GILL, Scherto. **Narrative Pedagogy: life history and learning**. Nova York: Peter Lang Publishing, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

JIMERSON, Randall C. **Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade**. Revista Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008, p.27-44.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, 469 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOGARRO, Maria João. **Arquivo e Educação: A construção da memória educativa**. Revista brasileira de história da educação n° 10 jul./dez. 2005.

MOGARRO, Maria João. **Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas**. Preservar a informação, construir a memória. **Pró-posição** – Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, v. 16, n. 1 (46), jan./abr. 2005.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. **Organizando o acervo do Centro de Memória do CAp-UERJ**. Udesc em Ação, v. 4, p. 01-12, 2010.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos; PEREIRA, M. G. C.; SILVA, N. H. P. C.. **História e memória das práticas alfabetizadoras no CAp - UERJ**. e-Mosaicos, v. 1, p. 4-14, 2012.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dezembro de 1993.

#### **Projeto Político pedagógico do CAp/UERJ.**

Disponível em: <<http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/projeto-politico-pedagogico-1.pdf>>. Acessado em: 27/4/2017.

VIDAL, D. G. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, L. M. de (org). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2000. P. 31-43.

VIDAL, D. G. **Apresentação do dossiê arquivos escolares:** desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. Revista Brasileira de História da Educação, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005<sup>a</sup>.

VIDAL, Diana G. "Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares". In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (Orgs.) **A cultura escolar em debate:** questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.